

**ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO LOTEAMENTO
PAULO TIETZE, NA CIDADE DE SÃO PEDRO DO SUL, RS¹**

*PARTNERSPACE ORGANIZATION OF THE LAND DIVISION
PABLO TIETZE, IN THE CITY OF IS PETER
OF THE SOUTH, RS*

Miguel Aleixo Dutra de Melo² e Valdemar Valente³

RESUMO

Nesta pesquisa, objetivou-se analisar o processo de organização socioespacial do Loteamento Paulo Tietze, na cidade de São Pedro do Sul, RS, a fim de diagnosticar a realidade ali existente relacionada à organização do espaço. A área de estudo é um recorte espacial, recentemente instituído no município, com pouco mais de dez anos. Para alcançar os objetivos propostos fez-se pesquisa de campo composta por questionário de perguntas abertas e fechadas. Após a coleta dos dados fez-se a tabulação dos dados usando o programa Excel da Microsoft. A metodologia permitiu a identificação de problemas socioeconômicos e organizacionais presentes no loteamento. Os resultados mostram que há compreensão dos problemas existentes no local, mas não recebem a devida atenção por parte dos moradores, em razão da baixa escolaridade, a qual reflete na renda familiar, na atividade funcional e na qualidade de vida, bem como nas decisões tomadas no dia a dia de cada um. O espaço urbano apresentado se mostra desorganizado, caótico, evidenciando as diferenças de classes existentes nas cidades. A desorganização observada no recorte estudado evidencia-se na falta de infraestrutura básica, como a falta de canalização do esgoto em algumas ruas localizadas no loteamento, a falta de calçamento, dificultando a locomoção dos moradores e falta, também, de áreas comuns destinadas ao lazer. Observou-se ainda a ausência de áreas integradoras, o que afasta os moradores do convívio

¹ Trabalho Final de Graduação.

² Acadêmico do Curso de Geografia - UNIFRA. E-mail: geo_miguelmelo@yahoo.com.br

³ Orientador - UNIFRA. E-mail: vvalente@unifa.br

social, individualizando as relações interpessoais, não permitindo a interação nas decisões sobre problemas pertinentes ao loteamento.

Palavras-chave: espaço urbano, organização espacial, sociedade.

ABSTRACT

This research had for objective to analyze the process of partnerspace organization of the Land division Pablo Tietze, in the city of Is Peter of the South, RS, in order to diagnosis the reality related there to the organization of the space. The study area is a space scissoring, recently instituted in the city, with somewath more than ten years. To reach the objectives considered in this work, research of field with questionnaires had been made contends open and closed questions. This methodology allowed to the identification of partner-economic and organizational problems in the land division. The gotten results show that the understanding of the existing problems in the place does not receive the due attention on the part from the inhabitants, because of the predominant low education, that it reflects in the familiar income, the functional activity and the quality of life, as well as in the decisions taken in day-by-day by each one. The presented urban space if shows disorganized, chaotic, evidencing the differences of existing classrooms in the cities. The disorganization observed in the studied scissoring is proven in the basic infrastructure lack, as the lack of canalization of the sewer in some streets located in the land division, the lack of stone pavement, making it difficult the locomotion of the inhabitants and lacks, also, of common areas destined to the leisure. It was also observed the absence of integrative areas, which removes the residents of social coexistence, specify inter-personal relations, not allowing interaction in decisions on issues relevant to the land division.

Keywords: urban space, space organization, society.

INTRODUÇÃO

A urbanização nos países subdesenvolvidos é caracterizada pela precariedade de planejamento e o acúmulo de pessoas nos grandes centros. Segundo Carlos (1992, p. 32), “o aumento da população vinda do campo determina um incremento considerável na concentração urbana”. Podemos

acrescentar também que as pessoas de cidades menores migram para as cidades polos, aumentando ainda mais as aglomerações urbanas. A falta de planejamento na organização do espaço urbano marginaliza as pessoas. Esta desordem do espaço urbano é percebida como caótica e desordenada

O planejamento aparece como uma ferramenta indispensável, pois uma cidade sem planejamento não conseguirá suprir as necessidades de seus moradores, e esta massa ociosa formada por migrantes não terá emprego nem assistência médica, gerando um desequilíbrio na frágil formação social da cidade, deixando evidente a diferenciação de classes sociais.

Os problemas sociais estão evidenciados e escancarados para quem quiser notá-los, mas, para resolvê-los é preciso contextualizar os diferentes espaços criados dentro de uma cidade e analisá-los de acordo com a realidade de cada um, pois, se analisados conjuntamente, não será possível compreender a essência do problema e, conseqüentemente, o resultado não será satisfatório. Com relação à análise de espaços, Santos (1978, p.110) afirma que “se vários espaços são submetidos ao mesmo tempo, o fato de terem tempos diferentes faz com que os resultados também sejam diferentes”.

Para conhecer os problemas de um recorte específico da cidade, é necessário contemplar na totalidade os aspectos sociais, culturais e econômicos, conduzindo a pesquisa o mais próximo possível da realidade a ser estudada. Assim, este trabalho teve por objetivo analisar o processo de organização socioespacial do Loteamento Paulo Tietze, bem como localizar a área de estudo, caracterizar aspectos históricos/geográfico, analisar processos socioeconômicos, conhecer o processo de formação e infraestrutura, além de identificar os impactos ambientais.

O ESPAÇO URBANO

É necessário compreender as dificuldades do local em que se reside, tornando-se o ponto inicial para que se resolva o problema organizacional das atividades nos dias atuais. Aparentemente, os problemas deixam de existir para o Poder Público no momento que começam a onerar seus cofres, com valores acima do suportado em orçamento pré-determinado. Quando isso ocorre, os problemas aos olhos da população recebem uma dimensão maior do que realmente são.

A organização do espaço urbano é debatida à exaustão por cientistas e pesquisadores que buscam adequar a atividade humana ao meio disponível. A concepção de espaço geográfico é motivo de debate entre os que buscam formular um conceito sobre esse tema. O único consenso é de que o espaço é produzido pelo homem,

de acordo com suas necessidades, e o nível de interferência no espaço geográfico dependerá do grau de cultura e de tecnologia em que a sociedade esteja inserida.

A desordem na ocupação territorial implicou no povoamento excessivo de algumas áreas como, por exemplo, o litoral e deficitário em outras. No caso do Brasil por possuir um território de dimensões continentais, o interior do país ficou por muito tempo despovoado, recebendo pessoas somente após a implantação da rede ferroviária e de incentivos estatais de ocupação do território. A imigração de outros povos para o Brasil contribuiu para que nosso território fosse povoado. Nos tempos coloniais, a necessidade de ocupar a terra para explorar e defender as fronteiras fez com que a imigração para o Brasil fosse estimulada com facilidades aos imigrantes, a qual ficou conhecida como imigração provocada, de acordo com Andrade (1997).

Isso trouxe pessoas de várias regiões do mundo, resultando na mistura racial e na diversidade cultural do povo brasileiro. Com o território sendo ocupado, surgiram as cidades, resultantes da atividade humana, criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que se materializa de forma concreta, diferenciada em função de determinações históricas específicas. Essa dimensão histórica é fundamental para o entendimento da natureza da cidade. O desenvolvimento da indústria proporcionou à cidade desenvolvimento social, econômico e político, tornando-a polo atrativo para indústrias e pessoas, segundo Carlos (2005).

Com este quadro de ocupação desigual do território, surgem problemas relacionados à ocupação sem planejamento das cidades, como a pobreza urbana. O crescimento econômico está atrelado ao planejamento, mas este não vislumbra a melhoria nas condições de vida da população e sim a repetição de fórmulas que deram certo em economias desenvolvidas e que, em sociedades como a do Brasil (atrasada e subdesenvolvida), não tem como dar certo porque a realidade é outra, de acordo com Santos (1979). Em várias situações, os modelos de desenvolvimento já chegam prontos, muitas vezes não são adaptados a realidade brasileira.

A ocupação desigual do território começa pela área rural, na qual a maior parte das áreas agricultáveis no Brasil está nas mãos de grandes latifundiários, caracterizando a organização fundiária no Brasil como sendo de dominação, onde poucos mandam, determinam e decidem. Assim, há existência de uma grande massa de espoliados e expropriados, conforme Silva (1991). Essa mão de obra desqualificada chega à cidade e, devido à falta de emprego no campo, também causada pela mecanização que se insere no espaço agrário, assim como a precariedade de recursos financeiros, integra a grande massa periférica que a circunda.

As terras não ocupadas na cidade, na maioria das vezes, passam

por um processo de especulação imobiliária, que dura o tempo necessário para dobrar o valor de mercado dessas terras. O problema dos loteamentos clandestinos, cada vez mais frequentes, tornou-se uma “dor de cabeça” para as autoridades de todas as esferas públicas, já que muitos deles são liberados sem o mínimo de infraestrutura. Assim, a produção do espaço urbano no contexto do superpovoamento fica comprometida e deficitária, cabendo ao Estado assumir seu papel de agente produtor do espaço.

A parcela da população que está sob a guarda do Estado recebe incentivos e benefícios que dificultam a retomada do crescimento pessoal e social dos cidadãos, pois, enquanto estiver recebendo dinheiro do Estado, não atuará como agente criador do espaço urbano, porque prefere receber benefícios do governo a participar da vida econômica da sua cidade.

O espaço urbano desarticulado e desorganizado resultará em áreas periféricas, a exemplo, as favelas. Essa desarticulação recai, principalmente, sobre os gestores públicos por não tomarem medidas pró-ativas para a organização do espaço. As medidas são, na sua maioria, reativas, isto é, após acontecer os problemas, os gestores se mobilizam para minimizá-los ou solucioná-los.

A favela é produto da expropriação dos pequenos proprietários rurais e de super exploração da força de trabalho no campo, principalmente de pequenas e médias para as grandes cidades, e do produto do empobrecimento da classe trabalhadora, que encontra na favela um meio de sobreviver e morar (RODRIGUES, 1991).

Já que a favela será o refúgio dessa classe trabalhadora, a organização e o planejamento do espaço são extremamente importantes para que se torne possível adequar as pessoas sem prejuízo ao meio ambiente e, principalmente, a melhoria da qualidade de vida desses moradores da periferia. A ocupação consciente do espaço, seja ele urbano ou rural, deve seguir modelos formados e planejados de acordo com a realidade da comunidade contemplada, pois os modelos prontos nem sempre satisfazem as necessidades e as carências das regiões periféricas aos grandes centros urbanos.

O que se percebe é que as cidades não são planejadas adequadamente, por não existir uma cultura de preparação dos gestores públicos que, ao invés de atacar os problemas antes de acontecerem, preferem combatê-lo com um custo altíssimo para a parcela mais carente da população. Independente de planejamento, o homem precisa morar, estabelecer vínculo a um lugar para produzir, procriar, proteger-se e proteger a todos que dependem de sua assistência.

O espaço destinado à moradia tem um custo elevado tanto no espaço

agrário como na cidade. Devido à exploração dos pequenos agricultores, os baixos preços dos produtos no mercado, a falta de uma política agrícola confiável e os problemas de ordem climática, suas terras são compradas por especuladores imobiliários que aproveitam a condição desfavorável em que se encontra o agricultor. Muitas vezes endividado, acaba entregando todos os seus bens para saldar dívidas bancárias, por um valor abaixo de mercado. Na cidade, a especulação imobiliária supervaloriza áreas sem a menor condição de moradia, pois não possuem a infraestrutura básica para receber um morador.

Estes artifícios servem apenas para enriquecer especuladores que investem neste mercado da terra, visando à acumulação acima de tudo. O mercado da terra tem seu espaço na economia mundial porque está inserido dentro da política do capitalismo, na qual o investimento especulativo é muitas vezes mais rentável do que a produção de alimentos, evidenciando cada vez mais a segregação social dentro das cidades, uma vez que a terra está se tornando diferencial de posição social, pois quem tem recursos tem acesso à moradia decente. Quem não tem dinheiro ocupa as periferias e áreas afastadas dos grandes centros, conforme Rodrigues (1991). A terra atualmente tem seu valor atribuído ao quanto se pode especular com ela e não o quanto ela pode produzir, direcionando a uma linha de raciocínio lógico e frio de que o espaço em que se vive é percebido como mercadoria.

Os grandes centros urbanos exercem um papel fundamental no desenvolvimento social, cultural e econômico da região, pois, como atrai pessoas, poderá atrair empreendimentos capazes de suprir a força de trabalho oriunda de cidades menores e de áreas rurais. Os investimentos urbanos no campo, como a modernização da agricultura e a implantação de indústrias, conduzirão os pequenos agricultores para a cidade, constituindo o que Corrêa (1989, p. 65), chama de “exército de reserva rural-urbano”.

Esses investimentos no campo produzem ainda consequências de ordem política a uma região. Nesse sentido, Corrêa (1989, p. 65) afirma que “um outro impacto resultante dos investimentos da grande cidade no campo e em centros menores é a transferência do poder de controle e decisão das atividades locais para a metrópole”.

Os investimentos são necessários, apesar de causarem desordem política e dividirem uma região, uma vez que os investimentos dependem de toda uma população que precisa construir suas moradias, para que o processo de produção da cidade complete-se, pois na produção da cidade insere-se também a produção da casa (RODRIGUES, 1991).

Quanto ao planejamento, aponta-se a fragilidade e a desarticulação das esferas públicas: federais, estaduais e municipais e, por razões distintas, não cooperam para a implantação de projetos que poderiam beneficiar a sociedade.

Os loteamentos populares surgiram como uma forma de suprir a necessidade das pessoas no direito de morar. Apesar de serem, em alguns casos, oriundos de especulação imobiliária, desprovidos de planejamento, sem infraestrutura básica, eles serviram como recipiente para uma população que vive desamparada e jogada à beira de arroios e nas periferias da cidade.

O Poder Público influencia diretamente na escolha do lugar onde será implantado um novo loteamento. Essa escolha, fruto da especulação, muitas vezes tem as mãos pesadas do poder, escolhendo quase sempre a opção que lhe proporcionar mais vantagens. Seguindo este raciocínio, Santos (1996, p. 115) comenta que “no entanto, o Poder Público também colabora para a supervalorização de certas áreas, para melhor êxito da especulação, para a maior anarquia das localizações e dos fluxos, para o empobrecimento cumulativo das populações”.

Para trazer a realidade das pequenas cidades, a citação corrobora os parágrafos anteriores, onde se menciona o descaso da classe detentora do poder que tem a palavra final sobre a aquisição de áreas destinadas a projetos de moradia. A especulação imobiliária será parte integrante na fase inicial de aquisição dessas novas áreas destinadas à moradia, utilizando o Estado.

LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL

O município de São Pedro do Sul está localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, na microrregião de Santa Maria, conforme a figura 1. Possui uma superfície de 986 Km² e faz divisa com os municípios de Toropi e Quevedos ao norte; Santa Maria e Dilermando de Aguiar ao sul; São Martinho da Serra ao leste e São Vicente do Sul, Cacequi e Mata a oeste. Situa-se a uma distância de 358 Km da capital do Estado e a 35 Km da cidade de Santa Maria, de acordo com a FAMURS (2008).

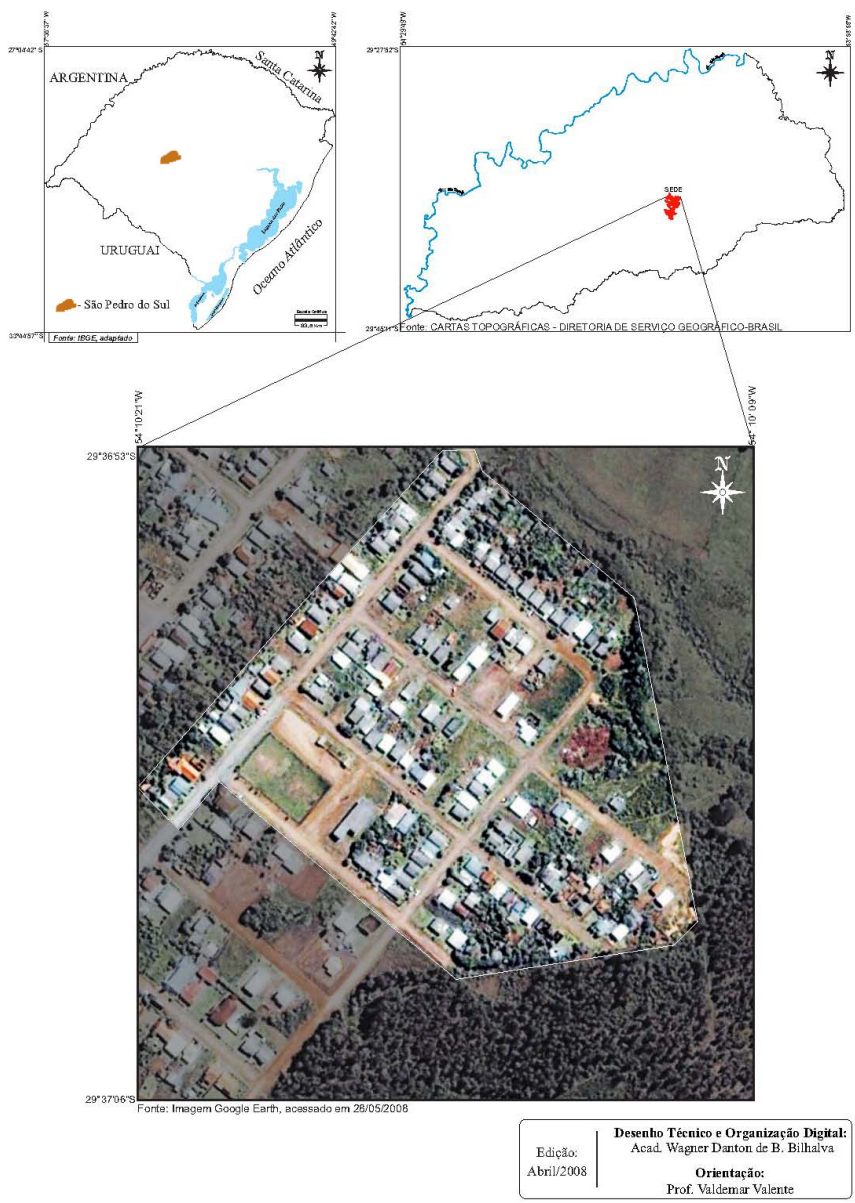


Figura 1 - Localização do Loteamento Paulo Tietze no município de São Pedro do Sul, RS.

O clima do município, de acordo com a Classificação de Koppen, recebe a denominação de Cfa - temperado chuvoso e quente, com verões quentes e invernos frios. As precipitações são regulares todo o ano, sem estação seca definida, com índices pluviométricos anuais de 1.500mm a 1.750mm, sendo que os meses menos chuvosos são março, novembro e dezembro. Os ventos predominantes são provenientes do leste (E) e sudeste (SE), sendo os mais fortes provenientes do quadrante norte (NE, NW) e os mais frios do sul (SE e SW), com ocorrência de muito calmos. A região que compreende o município de São Pedro do Sul, de forma geral, não apresenta problemas de deficiência hídrica. Déficits que possam comprometer a produtividade das culturas ocorrem frequentemente, principalmente em novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março, quando ocorrem as menores precipitações e maiores temperaturas.

Os solos que ocorrem no município são compostos de vários tipos, sendo que, ao norte, ocorrem solos mediantemente profundos, originados de rochas eruptivas básicas, moderadamente drenados, ligeiramente ácidos e com elevados teores de minerais primários. Ainda ao norte, ocorrem solos pouco desenvolvidos, rasos, também originados de rochas eruptivas básicas, muito susceptíveis à erosão. Ao sul, ocorrem solos profundos, bem drenados, porosos, ácidos e pobres em matéria orgânica.

A vegetação é representada pela floresta Caducifólia Subtropical, que aparece no Rebordo do Planalto. Em pequenos trechos ao longo dos rios, aparecem as matas galerias. As espécies vegetais destacam-se pela forma das corolas e cores de suas flores.

O relevo é representado por três formas principais: Topo do Planalto, Rebordo do Planalto e Depressão Periférica. O compartimento do Topo do Planalto corresponde às cotas mais elevadas. É nesta área que nascem a maioria dos afluentes que formam e alimentam a rede de drenagem do município. O rebordo do planalto aparece evidenciado pelas cotas intermediárias, caracterizando-se pela formação de terraços estruturais, declives, relevo fortemente ondulado e montanhoso. As menores cotas correspondem as áreas da depressão periférica, de relevo suavemente ondulado que compreende as planícies de inundação.

METODOLOGIA

Ressaltamos que os instrumentos de pesquisa, como questionários contendo perguntas abertas e fechadas, e pesquisa de campo são importantes para o processo de produção acadêmica, pois auxilia organizar e sistematizar as

informações coletadas em campo.

Segundo os objetivos, esta pesquisa é descritiva, pois esboça as transformações sociais provocadas pela implantação de um empreendimento, enquanto que, quanto ao procedimento de coleta de dados, é de levantamento, pois consulta e levanta dados de campo e pesquisa bibliográfica acerca do tema abordado. Assim, a referida pesquisa baseia-se no método dedutivo que leva o pesquisador do conhecido (geral) ao desconhecido (recorte espacial a ser analisado).

Para entender porque ainda existem tantos problemas dirigidos à organização do espaço urbano, deve-se procurar a solução para os problemas que estão mais próximos do local estudado. Saber a opinião dos moradores quanto ao local de origem, renda familiar, grau de instrução do chefe da família, torna-se relevante quando o interesse está voltado à compreensão da organização espacial em que esse morador está inserido, possibilitando uma compreensão contextualizada do local objeto dessa pesquisa.

Com a aplicação de perguntas abertas e fechadas, tratou-se da origem dos moradores do loteamento, escolaridade, renda, percepção ambiental do entrevistado e a utilização e cuidados com a água nas residências. O questionário aplicado neste trabalho foi composto de vinte e seis perguntas direcionadas a sessenta chefes de família, residentes e domiciliados no Loteamento Paulo Tietze. Por fim, realizou-se a tabulação usando o programa excel da empresa Microsoft, a análise dos dados e a redação final do trabalho

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Sobre a coleta de dados, Rudio (2002, p. 20) afirma: “mas o simples fato de obter dados não resolve o problema da pesquisa. Para isto, torna-se necessário dar aos mesmos uma forma de organização, que possibilite serem examinados e avaliados, transformando-se em material útil a verificação das hipóteses”.

Como o espaço habitado carrega a carga cultural da sociedade que o transforma, houve coleta e análise de dados para identificar, compreender e, posteriormente, buscar alternativas viáveis para a questão do desenvolvimento sustentável a partir das informações fornecidas pelos próprios moradores.

Quanto ao local de origem dos moradores no Loteamento, 72% responderam que vieram de outro bairro da cidade; 8% são oriundos de outra cidade e 20% responderam que deixaram o interior e migraram para cidade, escolhendo o loteamento para morar, conforme figura 2. Como podemos observar na figura 2, a maior parte da população veio de outros bairros da cidade e essa

constatação vai ao encontro da concepção de Andrade (1997).

A mudança de bairro se deve ao fato dos moradores estarem ocupando um imóvel alugado ou compartilhando com outros familiares, e a oportunidade de morar em um imóvel próprio fez com que esses migrassem para o loteamento. Em relatos de moradores, a razão pela qual eles deixaram o interior para morar na cidade tem como fator responsável direta ou indiretamente os filhos, pois, deixando o campo para estudar, os pais ficavam sozinhos no interior e a divisão de tarefas comprometida, sobrecarregando os membros da família. Mesmo assim, isso não é regra, pois, em alguns casos, o agricultor não se desfez de suas terras, arrendando para outro agricultor na expectativa de um dia voltar para o campo.

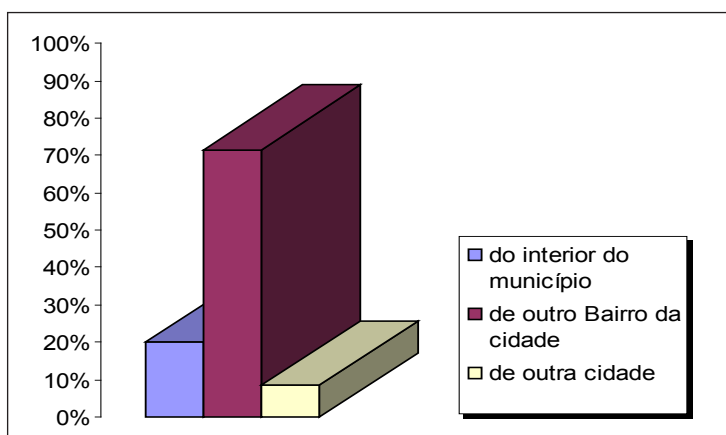


Figura 2 - Origem dos moradores.

Quando questionado sobre a propriedade, 98,3% dos moradores responderam que a casa em que residiam era própria e 1,7% cedida. Este alto índice de casas próprias no Loteamento deve-se ao fato de os moradores, na sua maioria, possuírem renda fixa e acesso a financiamentos bancários, fato comprovado durante a pesquisa. A renda média familiar mensal, embora não seja elevada, contribui para que as pessoas tenham moradias próprias, até porque o custo da construção é relativamente baixo nas pequenas cidades e também muitas vezes o trabalho é realizado na forma de mutirão. A percentagem de 1,7% de moradores em casa cedida, de acordo com relatos, está guardando o imóvel para o proprietário e procurando outro para alugar.

A procedência da água consumida pelos moradores teve espaço na pesquisa, pois se trata de um bem natural que exige cuidado, e foi lançado o seguinte questionamento: “qual a procedência da água consumida?”. Todos

responderam que a água consumida originava-se do reservatório da Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN).

Quando indagados qual o destino dado à rede de esgoto da residência, 100% dos moradores responderam que deságua na rede oficial. Embora seja uma prática correta, ela se revela nociva ao meio ambiente, uma vez que o esgoto se insere à natureza sem tratamento, ao qual tem o mesmo destino um córrego na parte norte do loteamento, que em dias quentes é sentido por todos os moradores do loteamento devido ao seu forte mau cheiro. Essa mistura de dejetos residenciais e água da chuva contamina o solo, afetando o processo natural de infiltração e armazenamento de água no subsolo, contaminando o reservatório natural de água.

Foi perguntado aos moradores qual o destino que eles davam para os resíduos produzidos em casa e 100% respondeu que utiliza a coleta geral de lixo para se desfazer de seu lixo produzido na residência. A coleta de lixo tem dia determinado e não há interrupções no serviço. A proliferação de insetos no fundo do pátio contribui para que os moradores optem por utilizar a coleta oficial. Essa coleta tem contribuído com certa limpeza nos referidos pátios, diminuindo, assim, a proliferação de insetos prejudiciais à saúde humana.

A coleta de informações foi estendida a sessenta residências com um total de duzentos e onze moradores. A quantidade de ocupantes em cada residência foi quantificado de acordo com as respostas dos entrevistados: 20% responderam que a casa é ocupada por duas pessoas; 35% responderam que é ocupada por três pessoas; 23% responderam que ali moravam quatro; 15% eram ocupadas por cinco pessoas e 7% eram ocupadas por mais de cinco pessoas. Este índice de 35% de residências com três moradores reflete uma tendência da sociedade atual: o pai, a mãe e um filho ou filha – uma família pequena, pois, os pais trabalhando, as chances de proporcionar uma vida melhor aos filhos são maiores. O fato de as mulheres estarem inseridas ativamente no mercado de trabalho interfere no número de filhos por família, assim como o custo necessário para manter os filhos na cidade é muito maior.

Quando perguntado qual a idade dos ocupantes da casa, 12% responderam que na residência habitam menores de 10 anos; 17% responderam que na casa os moradores menores têm entre 10 e 14 anos; 5% de 14 a 18 anos; 57% pessoas na faixa etária de 18 a 65 anos; e 9% idosos com mais de 65 anos. Esse índice de idosos vai ao encontro com o primeiro questionamento feito aos moradores, “qual seu lugar de origem”, no qual alguns responderam “do interior do município”. Essa resposta foi de um idoso que veio depois que seus filhos já estavam instalados, os quais deixaram o campo para estudar ou trabalhar na

cidade.

Quando solicitado aos moradores que indicassem o que o loteamento apresentava como benfeitorias, 100% afirmaram que é a praça pública, entendida por parte destes como área de lazer. Outros não consideram a praça local como área de lazer, pois não apresenta condições para tal. A falta de iluminação e as condições físicas do local são algumas das causas para que vários moradores não a qualifiquem como área de lazer. As respostas refletem a necessidade de existir mais áreas voltadas às necessidades primárias dos moradores, como saúde e segurança, e mais áreas de lazer com o intuito de integrar a comunidade em atividades coletivas.

Quando questionados sobre o que a rua apresenta, 100% dos moradores responderam que era rede de esgoto e iluminação pública; 43% citaram telefone público; 12% o calçamento; e 3% placa de sinalização. As divergências nas respostas ocorreram porque algumas residências pesquisadas tinham sua rua calçada e algumas ruas possuem telefone público, e as placas de sinalização se encontram na entrada do loteamento. A disposição das placas e das ruas calçadas revela que a entrada do loteamento está concentrando os recursos utilizados e aplicados pelo Poder Público, apresentando uma imagem de local organizado. Mas, de acordo com este trabalho, sabe-se que há muito a ser feito, como resolver o problema do esgoto a céu aberto que existe no loteamento.

Durante o levantamento de dados, verificou-se que não existe interesse por parte dos moradores em saber as condições reais do loteamento. Quando os interesses pessoais são contemplados, as necessidades coletivas não são importantes, mostrando pouco ou nenhum conhecimento da situação dos moradores residentes em outras áreas do loteamento.

Quanto ao nível de escolarização do chefe da família, 5% responderam que é Ensino Fundamental completo; 38% disseram o Ensino Fundamental incompleto; 27% o Ensino Médio completo; 22% o Ensino Médio incompleto; 5% dos questionados disseram que o chefe da casa possuía curso superior e apenas 3% se disseram analfabetos, conforme figura 3. Na prática, essa questão revela a possibilidade de uma informação incorreta, um pouco distorcida, já que as respostas em alguns casos eram dadas pelos filhos. Outro ponto observado foi o fato de se o morador souber escrever seu nome ele se declara com o curso fundamental incompleto. O baixo grau de instrução do chefe da família se reflete na renda familiar, na atividade funcional e na qualidade de vida de todos os integrantes desse núcleo, uma vez que baixa escolarização significa normalmente baixo rendimento financeiro.

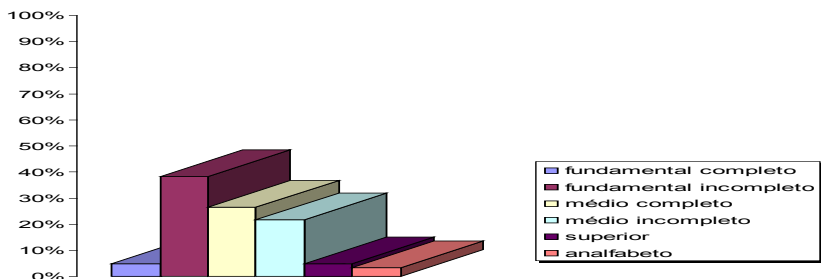


Figura 3 - Nível de escolaridade do chefe da família.

Ao serem questionados sobre qual a ocupação principal do responsável pela residência, 27% responderam ser funcionário público; em 3% das residências pesquisadas, o provedor da família desempenhava a atividade militar; outros 17% era aposentado; 5%, professor; 13%, pedreiro; 8% trabalha em mercado; 3%, pensionista do INSS; 7%, comerciante e 17% desempenha outra atividade não mencionada na pesquisa.

As atividades de pedreiro e outras mencionadas na pesquisa somam 30%, um resultado que se traduz no nível de escolaridade desses moradores chefes de família que possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto. A baixa escolaridade dificulta exercer atividades de maior remuneração ou que exijam maior qualificação.

A pesquisa apresentou dados relacionados à renda média mensal familiar, quando 7% dos entrevistados responderam que a renda não passava de 1 salário mínimo; 80%, que era de 1 a 3 salários-mínimos; e 13%, de 3 a 5 salários -mínimos, de acordo com a figura 4. Como podemos observar nessa figura, o maior percentual ficou na faixa de 1 a 3 salários-mínimos, esse fato está associado diretamente ao nível de escolaridade dessas famílias, que, em muitos casos, não passa do Ensino Fundamental incompleto. No período dessa pesquisa, o valor do salário-mínimo era de R\$380,00 (trezentos e oitenta reais). A renda média familiar é relativamente baixa, refletindo nas condições socioeconômicas dos moradores e na organização do loteamento.

Quando questionados sobre o tempo de moradia no local, 3% dos moradores residem no loteamento no período de no máximo 1 ano; outros 3% de 1 a 2 anos; 10% residem de 2 a 4 anos; 35% responderam que o tempo de moradia no loteamento varia de 4 a 6 anos; 19 % disseram que varia de 6 a

8 anos e 30% dos entrevistados responderam que moram no loteamento há mais de 8 anos. O número de moradores que reside há mais de 8 anos é alto porque sua rotatividade é baixa, contemplando um grande número de moradores que construíram suas casa junto com a fundação do loteamento. O número de residências vem aumentando, desde sua fundação. Essa é uma percepção que confirma a constatação de Rodrigues (1991).

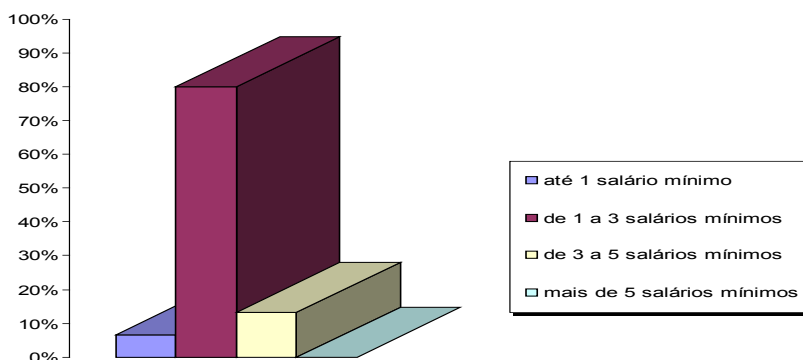


Figura 4 - Renda familiar média mensal.

Quando indagados se conheciam a história do loteamento, 70% dos entrevistados responderam que não e 30% responderam que sim. Os 30% que conhecem a história são moradores antigos que participaram da fundação do loteamento; alguns moradores recentes buscaram informações a respeito da história do loteamento. O desconhecimento da história do local indica a falta de identidade com o lugar e, conseqüentemente, o descomprometimento na busca de soluções. O grande número de moradores que não conhecem a história do loteamento reflete o processo de aculturação que vive a sociedade atual. Essa constatação vai ao encontro da concepção de Santos (1996).

Perguntados sobre qual a sua percepção de meio ambiente, 22% responderam que meio ambiente era os recursos naturais; 20%, que era o homem e suas construções e 58% dos moradores entrevistados responderam que a percepção que possuíam se traduzia na resposta “os recursos naturais e o homem”. A visão compartimentada que 42% dos moradores possuem é possível justificar, em parte, a partir do baixo nível de escolaridade apresentada junto aos moradores nas residências pesquisadas, assim como pela falta de programas envolvendo sociedade e meio ambiente. Como observado nessa pesquisa, não são

desenvolvidos programas ou projetos ambientais no loteamento, dificultando a integração dos moradores com a questão ambiental.

Com relação aos problemas ambientais percebidos no loteamento, 13% dos entrevistados citaram a falta de saneamento básico como problema ambiental mais evidente, 15% citaram também muito ruído, apenas 3% definiram que se tratava da poluição visual; outros 3%, o lixo espalhado, 7% dos moradores entrevistados citaram outros problemas além dos apresentados na pesquisa, mas todos concordaram que o problema ambiental mais evidente são os animais soltos, com 100% das indicações dos moradores.

Esse questionamento revela uma preocupação individualizada por parte dos moradores, pois quando 13% mostraram-se preocupados com a falta de saneamento, eles estão direcionando seus temores especificamente para a rua que moram, mas os outros 87% dos entrevistados não compreendem que essa questão influenciará no loteamento como um todo, independente de acontecer em apenas uma rua. O conceito de sociedade está equivocadamente subentendido como “a sociedade tem obrigações para comigo e eu não preciso fazer nada em troca”. Esse conceito de sociedade que a maioria da população tem repercutirá na organização espacial do local em questão, pois, segundo Valente (2001, p. 3), “a organização espacial espelha fielmente as relações sociais”.

A produção de alimentos desenvolvida no recorte pesquisado está representada por treze residências ou 22% das residências pesquisadas, restando outros 78% de casas em que o cultivo de alimentos é inexistente. Nas residências produtoras de alimentos, verificou-se que em 23% é produzido o milho; 54% produzem mandioca; 92% cultivam tomate; 31 %, chuchu; 85%, alface; 15%, espinafre; 77% dos moradores plantam cebolas; 46%, abóbora; 62% plantam morangas e 8% cultivam outros produtos, além dos mencionados na pesquisa. Das 13 residências que produzem alimentos, 85% produzem para consumo próprio e apenas 15% ou duas residências comercializam a produção. Essas residências são estabelecimentos comerciais que atuam no loteamento na forma de mini-mercados, comercializando vários produtos, entre eles as hortaliças produzidas em seu quintal.

O loteamento possui alguns pontos comerciais, pois 8% das residências desempenham função comercial e 92% dos lares ao qual foram aplicados esses questionários desempenham a função ao qual se destinam, ou seja, apenas moradia. Os estabelecimentos comerciais ali existentes não empregam funcionários, são os integrantes da família que executam as tarefas. Este recurso, utilizado pelo comerciante, serve também para diminuir os custos de se manter uma atividade

comercial nos dias de hoje, sobrando dinheiro para pagar os impostos e investir no próprio estabelecimento.

A importância das pesquisas foi apresentada aos moradores através do seguinte questionamento “qual a contribuição das pesquisas?”, 22% responderam que as pesquisas contribuem de alguma forma e 78% dos pesquisados não souberam ou não responderam a esse questionamento. O número elevado de moradores que não emitiu opinião a respeito da importância das pesquisas está associado à baixa escolaridade e também porque, no período em que frequentaram a escola, não desenvolveram o espírito crítico, demonstrando erroneamente uma suposta falta de interesse, mas isso não significa que não gostem de morar no loteamento. Conforme visto anteriormente, todos os entrevistados sentem-se bem morando nesse recorte espacial do município.

Os questionamentos feitos tiveram o intuito de esclarecer, compreender a funcionalidade e como o Loteamento se organiza socialmente, mas o baixo nível de escolaridade em alguns casos dificulta a compreensão da importância de conhecer a estrutura organizacional ou de como se organiza um bairro. A prática social, devido à correria do dia a dia, fica comprometida. Muitas vezes, o morador de uma rua não conhece o problema da rua de cima ou da rua de baixo por não estabelecer relações de amizade com outros moradores. O convívio em sociedade torna-se cada vez mais individualizado, deixando os seres humanos frios e distantes entre si, devido ao distanciamento e opções oferecidas pela sociedade de consumo.

Quando os moradores não sabem como identificar os problemas que estão a sua volta, alguma coisa tem que ser feita. A solução dos problemas surgirá de iniciativas individuais, mas principalmente coletivas, e esse aspecto coletivo em várias perguntas feitas aos moradores, não ficou claro, prevalecendo o individualismo e o sentimento de autossuficiência, tão evidentes hoje em dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferenças sociais evidenciadas no trabalho são visíveis no loteamento pesquisado. Esse espaço foi organizado depois da ocupação das famílias nos respectivos lotes, enfatizando o interesse dos gestores públicos em distribuir terrenos para justificar uma ação política, em detrimento à organização espacial e bem-estar social da população. A sociedade tem necessidades e o poder constituído tem interesses. O espaço social é carregado de diferenças, assim como o grau de complexidade da organização social e política reflete-se também na organização espacial.

A análise dos dados nos permitiu verificar que a renda baixa é recorrente entre os moradores. Na colocação profissional um índice de 38% desempenhando atividades ao qual o nível de escolaridade é baixo ou, às vezes, nem é exigido. Essas diferenças são visíveis nas periferias das cidades brasileiras, face à inoperância do Poder Público considerado por muitos como uma entidade usurpadora do pouco que possuem, pois, cobrando impostos altíssimos, não lhes oferecem o mínimo para viverem dignamente.

Orçamentos reduzidos e/ou mal administrados são, entre tantos outros fatores, responsáveis pela desorganização que passam os centros urbanos. As tentativas de organizar o espaço de maneira sustentável têm ficado apenas no papel, seja pelo custo seja pela falta de vontade política dos gestores públicos. O Loteamento Paulo Tietze apresenta muitos problemas de ordem organizacional, apesar de ser criado recentemente. Estudos relacionados ao tema inexistem, o que dificultou o aprofundamento deste trabalho, mas não impediu que se fizesse uma análise detalhada de vários aspectos relacionados aos problemas encontrados durante a pesquisa.

Este estudo levantou inúmeras dificuldades existentes no loteamento Paulo Tietze. Os problemas sociais se resolvem com atividades coletivas integradoras, enfatizando o convívio em sociedade; os de ordem econômica requerem a intervenção da esfera municipal com apoio a projetos sociais, geração de emprego, acesso à educação, à saúde e ao saneamento básico. Isso demonstra a complexidade e a distância entre o poder e a sociedade.

Considera-se que o trabalho apresentou um recorte espacial do município de São Pedro do Sul com inúmeros problemas estruturais, sociais e econômicos, problemas esses comuns nas periferias do Brasil. Assim sendo, para resolver os problemas enfrentados pelos moradores, a prefeitura de São Pedro do Sul terá que fazer altos investimentos.

Conclui-se que essa pesquisa serve como um importante referencial para futuros trabalhos, já que não existem outros com o mesmo tema e no mesmo local estudado, e ainda como fonte inicial para um planejamento social, econômico e estrutural a se desenvolver nos futuros loteamentos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correa de. **A geografia e a questão social**. Recife Life Edufal, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **A Cidade**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

FAMURS, Portal Municipal - **Dados Gerais de São Pedro do Sul**. Disponível em: <<http://www.portalmunicipal.org.br/entidades/famurs/>>. Acesso em: 07 maio 2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SANTOS, Milton. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978

_____. **Pobreza Urbana**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1996.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

VALENTE, Valdemar. **A Agricultura e Organização do Espaço – o caso do Chapadão, no município de Jaguari, RS, nos últimos 40 anos**. 2001. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2001.